



A AGENDA FLORIPA 2030 E O IDEÁRIO DE CIDADE NEOLIBERAL

THE FLORIPA 2030 AGENDA AND THE IDEOLOGY OF A NEOLIBERAL CITY

LA AGENDA FLORIPA 2030 Y LA IDEOLOGÍA DE UNA CIUDAD NEOLIBERAL

EIXO TEMÁTICO 2 – PAISAGENS, TERRITÓRIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Autor 1

CAVANUS, Aline Vicente

Doutoranda em arquitetura e urbanismo; IAU USP
aline.cavanus@usp.br

Autor 2

GOMEZ, Renan Santos

Mestre em arquitetura e urbanismo; IAU USP
renan.s.gomez@gmail.com

Autor 3

MOREIRA, Tomas Antonio

Professor doutor; IAU USP
tomas_moreira@sc.usp.br



A AGENDA FLORIPA 2030 E O IDEÁRIO DE CIDADE NEOLIBERAL

RESUMO

O novo espírito do capitalismo não se limita à dimensão econômica, tornando-se uma razão própria que atua sobre indivíduos, grupos privados e instituições, afetando também a produção das cidades. O objetivo, nesse artigo, é investigar as relações entre diferentes atores urbanos e o dispositivo neoliberal em propostas correntes de produção urbana da capital catarinense, estabelecendo paralelos entre a Agenda Floripa 2030 e as práticas discursivas e mercadológicas próprias desse fenômeno. Para tanto, parte-se de uma perspectiva histórica sobre o planejamento urbano de Florianópolis, com o foco em seus atores, agendas e iniciativas empresariais de impacto na produção da cidade. Mesmo ocasionando diversas mudanças ponderou-se que esse processo promoveu a manutenção das antigas relações de poder e lógicas de direcionamento do desenvolvimento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: produção do espaço; neoliberalismo; Florianópolis; plano diretor.

ABSTRACT

The new capitalist spirit is not limited to comprehending only the economic dimension of life, becoming itself a reason that acts over individuals, private groups and institutions. This process also affects the production of the cities. The objective, in this paper, is to investigate the relationships between different urban actors and the neoliberal agenda in current proposals for urban production in the capital of Santa Catarina, establishing parallels between the Floripa 2030 Agenda and the discursive and marketing practices specific to this phenomenon. From a historical perspective about the urban planning of Florianópolis to the formulation of its last Master Plan, with the focus on the actors, agendas and the entrepreneurial initiatives of impact in the production of the city. Finally, it was perceived that this process promoted the maintenance of the old power relations and the logic of directing urban development previously present in the Florianopolitan context.

KEYWORDS: production of space; neoliberalism; Florianópolis; Master Plan..

RESUMEN

El nuevo espíritu del capitalismo no se limita a la dimensión económica, convirtiéndose en una razón propia que actúa sobre los individuos, grupos privados e instituciones, afectando también a la producción de las ciudades. El objetivo, en este artículo, es investigar las relaciones entre diferentes actores urbanos y el dispositivo neoliberal en las propuestas actuales de producción urbana en la capital de Santa Catarina, estableciendo paralelismos entre la Agenda Floripa 2030 y las prácticas discursivas y de marketing propias de este fenómeno. Para ello, partimos de una perspectiva histórica sobre la planificación urbana de Florianópolis, centrándonos en sus actores, agendas e iniciativas empresariales que impactan la producción de la ciudad. Si bien provocó varios cambios, se consideró que este proceso promovió el mantenimiento de antiguas relaciones de poder y lógicas de dirección del desarrollo urbano.

PALABRAS-CLAVE: producción de espacio; neoliberalismo; Florianópolis; Plan Maestro.



INTRODUÇÃO

A região metropolitana de Florianópolis, instituída em 1998 pela Lei Complementar n. 162/1998 abrange 22 municípios. Dentro do “núcleo metropolitano”, cujo vetor das atenções é a capital, as cidades de São José, Palhoça e Biguaçu são as principais conurbações com Florianópolis.

A presença dessas cidades é importante dadas as suas relações, cada vez maiores, de interdependência econômica e social entre elas e a capital. Os municípios da região metropolitana abrigam, em boa parte, a pobreza urbana e são parte de uma dinâmica de exclusão socioespacial gerada, notadamente, pela valorização e exclusivismo imobiliário, consequência de um modelo concentrador e excludente de desenvolvimento econômico (Aguiar, 2015; Sugai, 2015).

Essa concentração se dá, principalmente, dentro da Ilha. O município de Florianópolis, no entanto, ainda possui uma área de 12,1 km² de área continental, área urbana consolidada anteriormente pertencente a São José. Essa porção da cidade, responsável por receber todo o fluxo rodoviário que se escoia para dentro da ilha, além de abrigar atividades diversas de serviços, comércio e equipamentos públicos, hoje é sede continental da capital. Florianópolis, portanto, diferentemente de sua imagem construída, não está reduzida apenas à ilha de Santa Catarina. Sua formação é intimamente relacionada a um conjunto de dinâmicas que se conforma, em última análise, como a cidade real do contexto intraurbano observado (Sugai, 2015).

A urbanização da ilha se deu principalmente a partir da península central, posicionando equipamentos e infraestrutura em seu favor e conduzindo também as camadas mais pobres para sua periferia (Kronenberger; Saboya, 2019; Sugai, 2015). Eventualmente, a ocupação encontrou nos interesses das elites locais vetores de expansão apontados principalmente para a região norte. O controle da produção do espaço urbano por essas elites foi fundamental na configuração do espaço urbano da ilha, relações essas que se mantêm até hoje.

Com os novos modelos de subjetivação que tomaram de assalto os circuitos financeiros mundiais desde a década de 70 e subsequentemente se estabeleceram no Brasil, porém, percebe-se um alinhamento de discursos e agendas próprios do “novo espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009). Essas mudanças trazem, fundamentalmente, impactos na produção urbana do município, mas sem alterar substancialmente – ao menos por enquanto – as configurações de controle dessa produção.

Nas próximas sessões, observar-se-á o alcance da influência dos discursos neoliberais hegemônicos na produção do espaço urbano da capital catarinense, e como as disputas se constituem em uma batalha inócua por pautas fragmentárias e de pouco peso, constituídas pela sociedade civil, enquanto o futuro da cidade é formulado pela associação das elites e do setor imobiliário locais em imiscuição profunda com os poderes executivo e legislativo; e como essas mudanças, como o Brasil bem já conhece, caracterizaram a sôfrega e incompleta importação de modelos internacionais, que não qualificam impacto significativo nas relações de poder.



Utilizando-se do município de Florianópolis como objeto empírico, esse artigo se propõe a investigar as relações entre diferentes atores urbanos e o dispositivo neoliberal nas propostas correntes de produção urbana da capital, estabelecendo paralelos entre a Agenda Floripa 2030, com as práticas discursivas e mercadológicas próprias do dispositivo neoliberal. Para tanto, utilizar-se-á de revisão bibliográfica e documental.

O debate sobre as Agendas 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem envolver “o desenvolvimento sustentável, combater a desigualdade e a injustiça e fortalecer direitos universais, indivisíveis e interdependentes” (Grin; Pantoja, 2022), mas muitas vezes a questão da sustentabilidade é absorvida pelo discurso neoliberal e as iniciativas abordadas podem inclusive caminhar no sentido inverso a esses objetivos.

FLORIANÓPOLIS COMO CIDADE-EMPRESA

A crise dos anos 30 serviu para reformar o capitalismo e evidenciar uma grave crise do ideário liberal manchesteriano. A construção de diferentes ideais políticos e econômicos concorrentes atravessaram o século XX, enquanto a dogmática liberal passava por um processo de reformulação. A vitória capitalista na Guerra Fria foi um marco do enraizamento global de uma concepção de mundo embasada na subjetivação totalizante do modelo da empresa e efetivação generalizada da concorrência. Esse mecanismo, representante de uma nova roupagem da hegemonia capitalista, vem exercendo forte influência sobre múltiplas práticas globais em todas as relações humanas, bem como sobre alguns aspectos fundamentais da condução econômica e política nacionais (Dardot; Laval, 2016).

Como aborda Paulani (2012), nesse período: “a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira” (Paulani, 2012, p 91). Um exemplo é o crescimento de patrimônio dos grupos que atuam no setor financeiro, sendo muito mais alto que o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB, demonstrando um descompasso entre o crescimento da geração de renda e o crescimento da captação dessa renda pelos rentistas externos. Ou seja, o capital financeiro cresce em maiores taxas que a acumulação produtiva, o que se configura como um novo regime de acumulação (Paulani, 2012).

Parte dos discursos relativos à práxis desse dispositivo reside nas práticas do Estado. Diferentemente da conhecida retórica ideológica de “estado mínimo” neoliberal, reconhece-se que o Estado possui, de fato, um papel ativo no impulsionamento desse mecanismo. Para além de seu desmonte, o movimento fundamental a ser observado é do deslocamento de suas atividades.

A concessão de instituições e atividades idealmente públicas para os setores privados, que em diferentes escalas remove do Estado parte do papel de “produtor” é acompanhada pela transferência de um papel de avaliador e regulador para suas atividades, “que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (Dardot; Laval, 2016, p. 273). Mesmo que fique cada vez mais relegada ao mercado competitivo



a produção em si, o Estado, nesse caso, interage com a produção estabelecendo essa ordem jurídico-política.

Com a globalização e a generalização da concorrência entre cidades, porém, cresce a necessidade desse Estado regulador criar um ambiente amigável próspero para as atividades das empresas e maximização de seus lucros. Assumindo uma posição de estrategista, o Estado é profundamente influenciado pelos interesses externos. O papel de fazer política, nesse contexto, é subordinado à concordância de grandes grupos oligopolistas, ligados ou buscando se ligar ao grande capital internacional.

Segundo Harvey (2005) a localização é um fator central para a acumulação capitalista e as cidades, no atual estágio do sistema, apresentam importante papel nesse processo. O desenvolvimento urbano tem assim grande relevância no desenvolvimento e recuperação de crises econômicas, ligadas ao regime de acumulação. A construção social de diversas questões cuja montagem não é exclusivamente econômica, portanto, acaba por *commoditizar* os resultados das práticas e mecanismos governamentais, e torná-los reféns de discursos técnicos amparados unicamente pela acumulação. Discussões, dessa forma, originalmente pautadas pelo interesse público, são conduzidas a uma profunda deformação, em detrimento das reais necessidades da sociedade civil.

Isso não ocorre sem um grande esforço discursivo na devida docilização das esferas públicas subalternas (Fraser, 1990, apud Santos, 2019). Perpassa, nesse processo, a validação das decisões por parte das populações, com a ampliação de discursos de cooperação e participação. Esses, no entanto, sofrem um esvaziamento político fundamental, calcado na normalização ideológica desse mecanismo e do revestimento dos discursos em roupagens amigáveis, mas que guardam contradições que passam, muitas vezes, despercebidas.

No que diz respeito à construção física das cidades, abarcando processos de expansão e reconfigurações, essa mudança do papel do Estado e do comportamento dos atores é fundamental. Considerando as mudanças de paradigmas sociais e as inflexões administrativas, relegando para setores privados o papel do “fazer cidade”, é de se esperar que haja mudanças profundas também nos paradigmas de conformação urbana: seus usos, propósitos e justificativas. “A produção da cidade concreta é, portanto, o resultado de intensa atividade econômica, política e ideológica” (Santos, 2012, p. 125).

O período pós-ditadura foi marcado pelo enfrentamento de uma constante de recessão, bem como pela disseminação de serviços e equipamentos urbanos, mas esses não foram capazes de diminuir as desigualdades sociais, a segregação e a concentração de renda. Concomitantemente ao processo generalizado de neoliberalização já descrito, o Estado nesse período se viu mais preocupado em apostar na competição entre as cidades. Florianópolis não é exceção. Adotando a postura de “*player*” e promotora da atração de capitais, a cidade manteve, em geral, fracas ações e investimentos em políticas sociais. Seus esforços produtivos, nesse contexto, se



concentraram principalmente em criar aquelas infraestruturas com maior capacidade de atrair investimentos.

A estratégia marqueteira de vender uma Florianópolis segura, rica, instruída e bem equipada – uma “ilha do primeiro mundo” (Sugai, 2015, p. 25). Ao menos em termos de imagem, condiz com a lógica crescente de empresariamento da gestão das cidades. Em uma busca incessante de atração por capital, inclusive internacional (Aguiar, 2015; Sugai, 2015), o município se pôs à frente no processo de importação das dinâmicas de financeirização impulsionadas pela busca de investimentos externos.

Esses grupos com poder predominantemente local atuam diretamente na produção do espaço e, apesar de não se comportarem de maneira coordenada, mesmo em competição eles sofrem uma homogeneização das suas ações pelo foco geral nas oportunidades com maiores taxas de retorno. Isso resulta fundamentalmente no direcionamento massivo de investimentos, tanto por parte do poder público, quanto por parte da iniciativa privada, para áreas específicas em detrimento de outras (Aguiar, 2015; Simoni-Santos, 2006). Um fenômeno recorrente dessas estratégias direcionadas de mercantilização urbana típica da cidade-empresa é a criação de espaços de convenções e feiras, parques tecnológicos ou torres comerciais (Vainer, 2000), essencialmente direcionadas a atender públicos e capitais específicos.

Para atrair capitais a partir do seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e reduzidas (“revitalizadas”), dessa forma, vende-se a cidade como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua procura) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização. A cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar de negócio (Simoni-Santos, 2006, p 111).

Uma referência a esse tipo de iniciativa em Florianópolis pode ser encontrada em propostas como Sapiens Parque e o Centro Sapiens, relacionadas à Agenda Floripa 2030 e que serão abordadas mais à frente.

Dada a abrangência limitada em termos de contingente populacional de Florianópolis (Siqueira, 2019; Sugai, 2015), comparada a outras capitais, é possível que o processo de financeirização do ramo imobiliário do município e abertura para os interesses de acionistas estrangeiros ainda seja incipiente. É questionável, portanto, até que ponto esse fator em específico pode ser ligado aos comportamentos das construtoras e incorporadoras com ação local, suas influências sobre o poder público, bem como dos discursos presentes nas disputas relativas à produção urbana do município.

Isso não significa que não existam indícios. Empresas como a Habitasul S.A. e outras empresas de capital aberto, sociedades limitadas, ONGs e empresas estatais também compõem com a formação e prática desses discursos na produção do espaço urbano da cidade, além de relações que não necessariamente advêm do mecanismo neoliberal.



Simultaneamente, e principalmente por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o município direcionou as comunidades pobres para fora da capital, realocando-as na região metropolitana (Aguiar, 2015; Sugai, 2015; Souza; Sugai, 2018). As ações dos dois poderes subsumidos aos interesses das elites locais, principalmente aqueles imobiliários, porém, não necessariamente são produto das novas formas de subjetivação. Desde o início do séc. XX, esse é um fenômeno que pôde ser observado em Florianópolis por meio da priorização da ocupação privilegiada do sentido norte da ilha.

Essas análises, certamente, podem se somar à construção do debate junto às questões que envolvem o planejamento urbano municipal. Nos últimos planos aprovados em Florianópolis, houve, por parte da sociedade civil, grandes descontentamentos e movimentações contrárias à aprovação do plano diretor participativo. Muitas denúncias foram feitas, em diversos momentos, sobre aspectos dos planos aprovados que não contemplam satisfatoriamente algumas das demandas feitas no decorrer das leituras comunitárias do processo participativo.

Uma série de trabalhos (Aguiar, 2015; Cunha, 2013; Gonçalves *et al.*, 2017; Rocha, 2015; Sampaio, 2016, Pereira; Cunha, 2019; Saboya, 2010) se debruça sobre o tema dos planos diretores de Florianópolis e denuncia o caráter pseudo-participativo desses processos na cidade.

Ocorre que essa pseudo-participação é fundamental para revestir de legitimidade o resultado dos planos diretores mais recentes de Florianópolis, que baseiam sua lógica formadora na cidade-mercadoria e no empresariamento do território municipal, passando longe das questões ligadas à cidade-direito (Cunha, 2013). Parte dos discursos legitimadores desse tipo de planejamento e seus resultados, no entanto, perpassam questões que tangenciam pautas advindas de setores subalternos do “interesse público”. As questões conflitantes, fundamentalmente, estão na lógica impulsionadora dessas pautas, bem como os limites e contradições na vontade de materializá-las no plano por parte desses grupos.

A AGENDA FLORIPA 2030

Um grande instigador e centro desses discursos e conflitos é a Agenda Floripa 2030 – Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região (FloripAmanhã, 2016; Aguiar, 2015). O trabalho de construção dessa agenda foi encabeçado pela Associação FloripAmanhã, organização não governamental fundada em agosto de 2005, mesmo ano da formalização da abertura do processo de construção do plano diretor participativo de 2014 (que entrou em vigor de fato somente em 2017 após processos judiciais). Sua missão é “Contribuir com estratégias para o desenvolvimento sustentável e construção da cidadania e bem-estar social”, segundo o *website* da própria entidade.

Fizeram e fazem parte da Associação e de suas gestões, bem como contribuíram para a Agenda 2030, uma diversidade de pessoas físicas e jurídicas diretamente ligadas à indústria da construção civil, do setor imobiliário, turístico e tecnológico da Capital (FloripAmanhã, 2016). Aguiar (2015) considera que os atores reunidos em torno da Associação e a Agenda Floripa 2030



fazem parte de um “bloco hegemônico” que objetiva adequar o município a ser cada vez mais um atrator de investimentos, próprio de uma dinâmica de mercantilização da cidade, de empresariamento urbano e do planejamento estratégico corporativo.

A Agenda Floripa 2030 nasceu em 2008, em um esforço colaborativo feito entre diferentes entidades privadas e públicas, da construção civil, comércio, universidades, entre outros, com a contratação da Fundação CEPA para realizar a condução metodológica do processo. O trabalho desenvolvido pela Agenda nesse período foi a primeira proposta concreta de planejamento para toda a cidade, frente às peças de planejamento urbano anteriores de caráter fragmentário produzidas pelo município.

A partir de análises SWOT (FOFA, em português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, metodologia de desenvolvimento estratégico popular no meio empresarial), os grupos de trabalho componentes da Agenda chegaram a um cenário desejado com um total de seis aspectos principais de 1) polinuclearidade e 2) pequenas centralidades descontínuas na ilha, com 3) predominância do crescimento urbano transferido ao continente. A proposta seria complementada com um apelo à generalização do uso de 4) habitação social e 5) mobilidade urbana multimodal, fazendo uso de transporte marítimo como complementação ao transporte rodoviário. Contemplando os aspectos ambientais do plano, 6) uma malha de concentração natural e cultural permearia toda a ilha, a partir da utilização do conceito de Reserva de Biosfera Urbana (RBU), programa criado pela UNESCO (FloripAmanhã, 2016).

O discurso pautado no desenvolvimento sustentável, na preservação ambiental e trazendo conceitos tidos como inovadores de desenvolvimento urbano e produtivo, como já mencionado, objetiva fortalecer os setores tecnológicos e turísticos e atrair investimentos. As intencionalidades reais da Agenda, no entanto, nem sempre são claras. Segundo Cunha (2013), a forma de planejamento defendida pela Agenda é discutível, pela ocultação de interesses empresariais que impedem o questionamento real do modelo capitalista de produção urbano inescapavelmente excludente e insustentável que ela carrega.

A entrada da Fundação CEPA na finalização do plano diretor, em 2010, segundo Aguiar (2015), constituiu um desenvolvimento das propostas previamente contidas na Agenda, transferindo-as para um formato de plano, em detrimento do produto baseado nas atividades participativas realizadas anteriormente, que era esperado pela população. De acordo com FloripAmanhã (2016), essa versão do plano teve 81% das propostas da Agenda contempladas dentro dele.

Uma aparente ruptura, em 2013, com o plano coordenado junto da Fundação, foi denotada pela troca das equipes de trabalho, da presidência do plano e de uma apressada reabertura participativa. As instâncias finais decisórias, no entanto, repetiram as mesmas barreiras intransponíveis à participação do plano de 2010, mantendo, em um documento de conteúdo diferente daquele da CEPA, boa parte das decisões circunscritas às coligações político-empresariais e à realização de seus interesses (Aguiar, 2015), totalizando, segundo FloripAmanhã (2016), ainda 46% das proposições da Agenda.



O bloco hegemônico formulou a Floripa 2030 na pressa de responder às contradições geradas por suas práticas até então perpetradas na cidade. O Floripa 2030 nasceu em 2008 e se apresentou como a agenda do desenvolvimento sustentável para Florianópolis na região e, desde então, é o instrumento catalisador dos interesses do bloco, mesmo mantendo suas diferenças internas, preservou o projeto consensualizado e pautou todos os debates sobre o futuro da cidade a partir daquele momento, obtendo o sucesso esperado com a aprovação do Plano Diretor de 2013 (Aguiar, 2015, p.07).

Desde 2006 até 2011, última presença oficial da CEPA nos assuntos de planejamento urbano florianopolitano, as bases de construção da Agenda Floripa 2030 foram colocadas sob a tutela técnica da fundação argentina, com participação ativa do poder público municipal nesse processo, contratando diretamente a empresa paralelamente à construção participativa do seu próprio plano diretor.

O trabalho de proposição da RBU em Florianópolis presente no portfólio da empresa, por exemplo, é contratação do próprio município, e que seria depois inserido tanto na Agenda Floripa 2030, quanto no Sapiens Parque e outros empreendimentos, além de, posteriormente, entrar na composição do plano diretor de 2010. O leque de trabalhos da empresa chama atenção pela transversalidade de assuntos, objetos de trabalho, parceiros e contratantes diretamente relacionados ao impulsionamento do projeto competitivo empresarial de Florianópolis concatenado pela Agenda Floripa 2030, bem como aos resultados das peças de planos diretores propostas antes daquela aprovada em 2014.

Apesar da capacidade da agenda em ser contemplada no processo de construção do plano formulado entre 2008 e 2014, a Associação FloripAmanhã em si não fez parte de seu processo participativo oficial em nenhum momento. Foi através da sua amplitude de ligações com agentes-chave, bem como da inserção estratégica de outros agentes no processo, como a Fundação CEPA, que a ONG obteve tanto sucesso em levar as pautas das elites econômicas locais e os interesses imobiliários para as decisões de planejamento.

O Floripa 2030, apesar de talvez não receber as luzes merecidas, foi a mais bem-sucedida proposta de reordenamento do uso do solo da cidade. O constructo de ideias e de organizações da sociedade civil que o compuseram esteve presente e atuante em todas as etapas do processo de debate do plano diretor de Florianópolis, posteriores a 2008. Independentemente de quem estivesse à frente do paço municipal, estavam munidos de uma proposta concreta, enfrentando a oposição e lograram êxito em materializá-la na forma de lei (AGUIAR, 2015, p. 128).

Parte das estratégias de desenvolvimento da cidade impulsionada pela Agenda e seu bloco idealizador contemplam iniciativas diversas, como os projetos Sapiens Parque e Centro Sapiens, sendo o Sapiens Parque considerado um exemplo de projeto bem-sucedido de parceria público-privada no desenvolvimento científico e tecnológico na cidade, além de um vetor para uma nova centralidade no norte da Ilha (FloripAmanhã, 2016). Envolvendo o governo do estado e CODESC (Empresa de Economia Mista), SC Par (Empresa Pública), e Fundação CERTI – Centro de



Referência em Tecnologias Inovadoras (Silva, 2011). Em diferentes mídias é mencionada uma Rota da Inovação (SEPAG, 2016; UDESC, 2013), iniciando no aeroporto Hercílio Luz, que foi recentemente ampliado (na verdade, a execução de um novo aeroporto), passando pelas universidades, parques tecnológicos e finalizando no Sapiens Parque. (Figura 1).

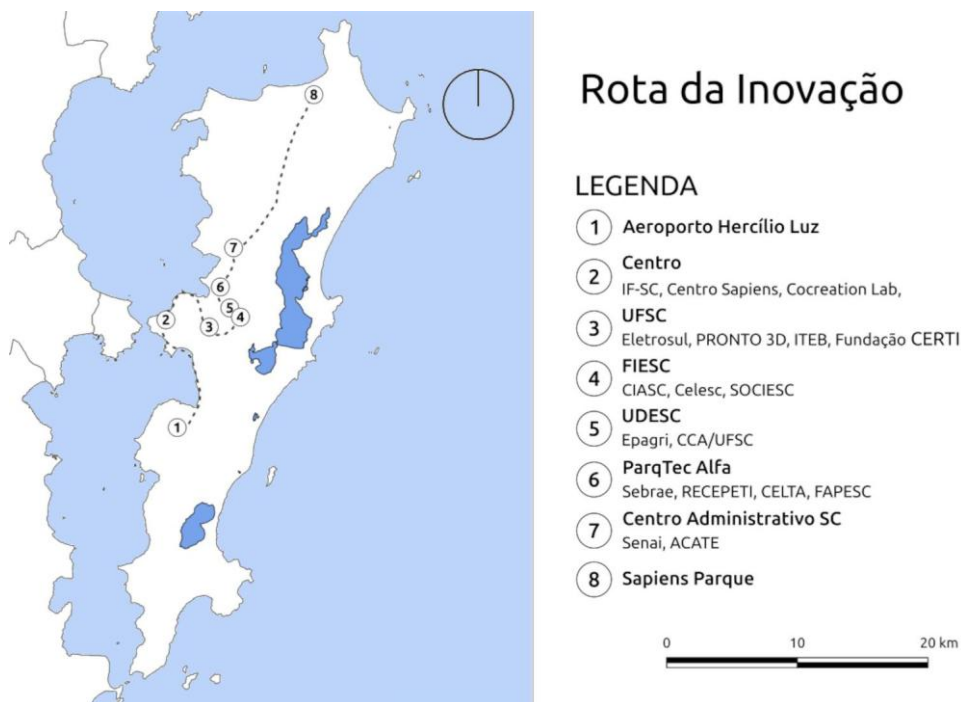


Figura 1: Rota da Inovação. Fonte: elaboração própria a partir de mídia sobre o Sapiens Parque.

A evolução da Agenda Floripa 2030, materializada em documento de agosto de 2023 que projeta o desenvolvimento de Florianópolis até 2050 (Floripamã, 2023), estruturou seus discursos em torno de diferentes dimensões da sustentabilidade, utilizando-se dos ODS da ONU como parte de sua base argumentativa. A noção de inevitabilidade do crescimento da capital combinada à necessidade de criação de novos atrativos de pessoas e investimentos, no entanto, se manteve forte em seu conteúdo.

O plano diretor vigente, Lei Complementar 739/2023, repetiu os entraves à participação do plano anterior, tendo sido direcionado novamente com influência direta de interesses privados, como o setor imobiliário, notadamente com objetivos focados em crescimento econômico (Siqueira; Santos, 2023) e driblando a participação social de diversas formas. Opositores apontaram, novamente, como preocupante a (nova) ampliação da permissividade dos gabaritos sem resposta infraestrutural ao aumento de demanda, bem como a redução das restrições para construções em áreas de encostas e em áreas alagáveis, entre outros (Ayres, 2023).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação de *clusters* relacionados ao fortalecimento do setor de tecnologia e inovação na ilha, bem como iniciativas ligadas à economia criativa, são responsáveis pela implementação de atrativos diversificados que driblam a sazonalidade típica de uma cidade de potencial turístico elevado como Florianópolis. A chave de turismo de negócios e as ideias de diversificação econômica e produtiva podem ser encaradas como qualidades de potencial socialmente positivo desses centros de inovação. Esses elementos, no entanto, perpassam a objetivação dessas iniciativas de promover atração de capitais, sejam nacionais ou estrangeiros, bem como nas contradições de impactos ambientais e físicos da implantação desses centros. Sem uma gestão voltada à inserção da população local nesses circuitos, essas iniciativas tendem a configurar espaços mais segregados, monofuncionais e contribuir para o aprofundamento das desigualdades locais e regionais.

Observou-se, neste trabalho, como as propostas trazidas pelas diferentes iniciativas se somaram e se vincularam formando uma unidade: trata-se de uma constituição múltipla que se faz presente na esfera pública da cidade paralelamente aos planos. Verificou-se, nesse contexto, por meio de diferentes conexões entre os agentes citados, tais quais a CEPA, o grupo FloripAmanhã e a fundação CERTI, como eles tiveram condições de disputar espaço dentro dos planos e pautar suas discussões, se posicionando perante o poder público e a sociedade independentemente de qualquer processo de planejamento oficial.

Dentro dessas propostas, ocorreu um processo de empresariamento do espaço público do município, com o Estado abrindo espaço de decisão e execução para a iniciativa privada produzir cidade, entendendo-a como negócio, ou ativo financeiro. Por meio de novos discursos neoliberalizantes, inseridos nas propostas de planejamento monopolizadas por esses grupos frente à sociedade civil, a construção dos últimos planos diretores de Florianópolis fundamentalmente desenvolveu novas formas de promover a manutenção das antigas relações de poder e das lógicas de direcionamento do desenvolvimento urbano previamente presentes no contexto florianopolitano.

A Agenda Floripa 2030 continua atuante, e seus idealizadores permanecem defendendo e ampliando seu espaço diante do poder público e nas esferas públicas. Em tempos de crise como os atuais, com a voracidade do capitalismo financeiro e a potência de seus discursos, cabe à sociedade civil capacidade de coesão, e de formular agendas que sejam suficientemente qualificadas para defender a cidade-direito dos movimentos coordenados pelo capital na direção da cidade-mercado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, André Ruas de. **Analizando o Floripa 2030: um modelo hegemônico de cidade.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.



AYRES, C. **Revisão do Plano Diretor de Florianópolis é aprovada.** 2023. Disponível em <https://carlaayres.com.br/2023/03/22/revisao-do-plano-diretor-de-florianopolis-aprovada/> Acesso 17 mai. 2024.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CUNHA, Luis Felipe. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal.** São Paulo, Boitempo, 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar nº 739, de 04 de maio de 2023.

FLORIPAMANHÃ. Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. **Floripa Rumo a 2030: Avanços e Influências da Agenda no contexto de 2016.** Florianópolis, 2016.

FLORIPAMANHÃ. **Agenda Floripa 2030/2040/2050.** 2023. Disponível em: <https://materiais.floripamanha.org/floripa-2030-2040-2050> Acesso em: 14 mai. 2024.

FUNDACIÓN CEPA. Antecedentes 2017. Buenos Aires, 65 p. 2017.

GONÇALVES, A. L. S; CHAVES, L. S; SIQUEIRA, M. T. **O vai e vem do planejamento urbano: o processo de revisão do Plano Diretor em Florianópolis e a participação popular.** In: Anais do IX Congresso brasileiro de direito urbanístico, Florianópolis, 06 p. 2017.

GRIN, Eduardo José; PANTOJA, Igor. **Agenda 2030 e os desafios dos ODS Urbano no Brasil: o caso de Jundiá.** XXVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Sucre, Bolivia, 22 - 25 nov. 2022.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.

KRONENBERGER, Bruna da Cunha; SABOYA, Renato Tibiriçá de. Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019.

PAULANI, Leda. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional.** n. 10, pp. 89-102. 2012.

PEREIRA, Elson; CUNHA, Luis. **Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: a experiência do Campeche em Florianópolis-SC.** Natal: XVIII ENANPUR, 2019.

ROCHA, Danuza Labanca. **O Direito à Cidade e a Organização Social em torno do Plano Diretor de Florianópolis.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.



SABOYA, Renato. **PD Florianópolis: crônica de uma morte anunciada**. 2010. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2010/04/25/pd-florianopolis-chronica-de-uma-morte-anunciada/> Acesso em: 20 jan. 2021.

SAMPAIO, Juliana Búrigo. Florianópolis no processo de elaboração de seu Plano Diretor Participativo entre 2006 e 2014: Um território em disputa. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SANTOS, Samuel Steiner dos. Uma cidade à venda? Capital imobiliário, poder público e produção do espaço em Florianópolis a partir da década de 1980. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIV. 2012.

Santos, W. B. dos. Participação coletiva e arenas de deliberação – Sobre o conceito de esfera pública em Jürgen Habermas. **Revista Abordagens**, 1(2). 2019.

SEPAG. Saiba o que a Rota da Inovação tem a ver com o seu futuro. 2016. Disponível em: <https://www.sepagconstrutora.com.br/site/saiba-o-que-rota-da-inovacao-tem-ver-com-o-seu-futuro/> Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, Beatriz Francalacci da. O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis. **Cadernos Metrôpole**, v. 13, n. 25, pp. 163-184. 2011.

SIMONI-SANTOS, Cesar. Dos negócios na cidade a cidade como negócio. **Revista Cidades**, v. 3, n. 5, pp. 101-122. 2006.

SIQUEIRA, Marina Toneli; SANTOS, Lucas Guilherme dos. A participação popular e o plano diretor de Florianópolis: a reprodução de velhos problemas. ENANPUR 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-10.pdf> Acesso 17 mai. 2024.

SOUZA, Eduardo leite; SUGAI, Maria Inês. Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 75-98, jan/abr 2018.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2015.

UDESC. **Udesc integra projeto Rota da Inovação em Florianópolis**. 2013. Disponível em: https://www.udesc.br/noticia/udesc_integra_projeto_rota_da_inova%C3%A7%C3%A3o_em_florian%C3%B3polis Acesso em: 10 jan. 2021.

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano”. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.